

**OS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS DO MST
COMO EXPRESSÃO DO CONFLITO CAPITAL X
TRABALHO. LUTA PELA TERRA E IDENTIDADE
CAMPESSINA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BRIGADA
SALVADOR ALLENDE, REGIÃO NOROESTE DO
ESTADO DO PARANÁ**

Isaac Giribet i Bernat *

neri54@yahoo.es

NOTA PRÉVIA

No texto que segue apresento as principais linhas que está seguindo a pesquisa de doutorado que atualmente está em andamento. Como consequência de encontra-se ainda em processo de elaboração, não é meu objetivo apresentar nela resultados definitivos significativos desta, mas expor os elementos já detectados e que estão sendo os norteadores das pesquisas.

INTRODUÇÃO

Ainda que passados mais de trinta anos desde a criação das formas de luta pela terra em que são conhecidas

atualmente, mesmo depois das múltiplas tentativas dos diferentes governos de desativar os processos de acesso a terra, sem implementar uma verdadeira Reforma Agrária, a luta pela terra, com seus mais diversos desdobramentos, continua plenamente vigente na sociedade brasileira do início do século XXI.

Do mesmo modo que nas décadas de 1980 e 1990 a ocupação continua sendo o principal mecanismo de acesso a terra, a maioria das famílias que pretendem aceder a terra através dos Projetos governamentais de Assentamento de Reforma Agrária-PA's-, previamente participam da ocupação de imóveis rurais que, supostamente, foram apropriados ilegalmente do erário público ou descumprem a “função social” a que se

* Departamento de História da *Universitat de Lleida* (Estado Espanhol). Bolsista da *Agència de Gestió d'Ajuts Universitaris i de Recerca* –AGAUR.

refere o artigo 186 da Constituição Federal de 1988 (ANC, 1988).

Com o intuito de acumular forças para realizar as ocupações, as famílias se agrupam e passam a fazer parte de algum dos diferentes movimentos sócio-territoriais que atuam no campo (FERNANDES, 2005). Dentre essas organizações destaca-se, tanto quantitativa como qualitativamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST-.

Mas na temática da luta pela terra, nem tudo segue como no início da década de 1980. Os movimentos sócio-territoriais já não estão constituídos por arrendatários, parceiros ou pequenos produtores rurais empobrecidos e expulsos do campo como consequência do avanço dos processos de industrialização agrícola. Nos últimos anos, como resultado da irrupção e consolidação das políticas neoliberais no país, vem-se produzindo uma profunda mudança no perfil das famílias que passam a se inserir nas bases das organizações que lutam pela terra; esse fato se visualiza com a entrada de pessoas oriundas das mais diversas formas de trabalho fragmentado, tanto de origem rural como especialmente urbano, com umas trajetórias de vida (identidades) claramente diferenciadas daquelas que as precederam (THOMAZ JR., 2007a).

A heterogeneidade identitária que carregam os atuais sem terras abre uma nova perspectiva nas relações políticas e

sociais que estes estão construindo nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária, espaços de luta e resistência onde são gerados e fixados aqueles elementos que transversalmente permeabilizam as diferentes identidades que conformam as bases dos movimentos sócio-territoriais, que lutam pela democratização da propriedade agrária. Novos traços identitários que, em um movimento de ida e vinda, influem e são influenciados pelos acúmulos culturais, políticos e econômicos construídos e consolidados historicamente pelas famílias já assentadas.

Assim mesmo, as novas identidades Sem Terra abrem uma importante linha de questionamento teórico sobre a conceitualização que merecem tanto os movimentos sócio-territoriais como as pessoas que os conformam. A meu ver, a nomenclatura a ser usada tem de abarcar os diversos elementos que atuam no bojo da questão, sendo estes: sua inegável mudança de perfil, os modelos de desenvolvimentos que propõem as relações sociais que estão construindo nos espaços por eles controlados e a luta de classes que vive a sociedade brasileira.

Para poder analisar o grau de repercussão que as novas identidades desempenham nos processos de conquista da terra e no enfrentamento que estes protagonizam contra o projeto agrário

capitalista, estou realizando um profundo trabalho de campo de uma das formas de organização que o MST tem na região noroeste de estado do Paraná, a conhecida como Brigada Salvador Allende¹. Trata-se de um campo de estudo com uma importante riqueza empírica; além dos novos perfis de identidade sem terra fruto da fragmentação vivida nos últimos anos pelo mundo do trabalho, existe uma numerosa presença de trabalhadores rurais, que apesar de possuírem a nacionalidade brasileira são oriundos do Paraguai (os conhecidos como “brasiguaios”).

1. A DINÂMICA GEOGRÁFICA DO TRABALHO NO CONTEXTO RURAL

A ocupação de terras, a construção de acampamentos e sua consolidação através da criação de assentamentos, são as principais práticas antagonistas que nos últimos 30 anos deram a conhecer os diversos movimentos sociais que lutam pela terra, especialmente o MST. Para entender todo o potencial que estas práticas contêm, é preciso contextualizá-las dentro da dinâmica geográfica que

¹ O conceito “brigada” é usado pelo MST para se referir ao agrupamento geoestratégico de um conjunto de famílias (aproximadamente umas quinhentas), que moram nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária de uma determinada região.

adotaram diversas organizações Sem Terra, processos de fluxo e refluxo formados pela seqüência: territorialização, desterritorialização, reterritorialização; que não querem dizer outra coisa que: vida na terra, expulsão da terra e novo acesso a terra (THOMAZ JR., 2007b, p.14).

O ato da ocupação se converteu no passo prévio, até sinônimo, da aplicação da Reforma Agrária no Brasil, o melhor dizendo, da aplicação da política compensatória de assentamentos rurais (CARVALHO, 2005, p.37). Esta ação direta de caráter antagonista, não é outra coisa que uma materialização da luta pela terra através de um processo de conquista de frações de território em disputa, que conhecemos pelo nome de ‘acampamento’.

Desde o início do uso da sua prática, o acesso a terra através de uma ocupação se converteu em um elemento estratégico, indo além da constituição de um acampamento ou da conquista de um assentamento em particular. Os acampamentos e assentamentos se convertem assim em plataformas que permitem que a luta pela terra se fortaleça e se espalhe para outras áreas, produzindo um processo que se retroalimenta; tanto a terra ocupada (acampamento), como aquela já consolidada (assentamento), se convertem em trunfos das organizações populares pra continuar os processos de

luta pela terra que protagonizam (FERNANDES, 1999, p.242).

Os acampamentos e assentamentos são consequência do conflito que se produz no intento de apropriação do espaço por parte de setores marginalizados da sociedade, estruturados mediante algum movimento sócio-territorial; ou o que é o mesmo, os acampamentos e assentamentos são uma das diferentes materializações locais e concretas da luta de classes que vive a sociedade brasileira no contexto rural. Com a ocupação de terras e a posterior criação de acampamentos e assentamentos, os movimentos sociais que lutam pela terra têm como objetivo desenvolver um determinado projeto social através da construção de um espaço próprio.

Com a ocupação de uma área se realiza o primeiro passo imprescindível para reverter à negação histórica ao direito a terra dos trabalhadores rurais, que teve sua primeira expressão na Lei de Terra de 1950. A construção de um conjunto de barracos de lona preta supõe a constituição de uma estrutura provisional com o intuito de forçar ao Governo a analisar e dar um veredicto sobre a produtividade e legalidade jurídica da área. No caso que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA-, em base aos índices de produtividade do ano de 1975, declare aquela terra 'improdutiva' ou se

possa comprovar que seu título de propriedade tem alguma irregularidade grave (terra grilada), compete ao órgão federal pedir a desapropriação para a aplicação da Reforma Agrária; enquanto que se a propriedade é declarada 'produtiva' e verificasse que seu título de propriedade está regularizado, seu proprietário poderá pedir à justiça a desocupação forçosa e imediata (reintegração de posse).

A ocupação da terra e a posterior vida no acampamento, são os lugares e os momentos onde, através da pressão que exercem os movimentos sócio-territoriais, se geram e filtram os elementos comuns que transversalmente recorrem às diversas identidades de trabalho fragmentado que confluem nos processos para exigir a aplicação da Reforma Agrária.

A vida nos acampamentos é o momento em que de uma forma mais clara se faz visível o enfrentamento que o projeto econômico, político e social dos Sem Terra mantém contra o projeto capitalista, personificado pelos grandes proprietários rurais e apoiado tanto pela ação como pela omissão do estado (PEREIRA & SAUER, 2006, p.198). É por este motivo, que os elementos comuns da identidade coletiva dos Sem Terra se constroem no espaço físico e mental que conforma o acampamento. Trata-se de períodos temporais dilatados de vida em

comunidade suportando condições cotidianas precárias e sofrendo situações de grande tensão, provocada pela ameaça constante de desocupação da área e das situações violentas que se possam derivar.

1.1. O ACAMPAMENTO COMO EIXO DE RETERRITORIZAÇÃO DO CAMPESINATO

Os diversos trabalhos de campo realizados nos últimos 7 anos em alguns estados brasileiros, especialmente no Paraná, me ajudam a formular a hipótese interpretativa baseada no fato que, ao contrário do momento da sua criação, hoje não existe entre as famílias acampadas vinculadas ao MST uma identidade prévia em comum.

As famílias que se inserem aos contingentes que realizam as ocupações de terras, e que posteriormente se instalaram provisoriamente nas áreas em disputa (acampamentos), não só são trabalhadores rurais de primeira geração que por questões diversas perderam a pouca terra que possuíam/usufrutuavam o que provém de um contexto de pequena agricultura familiar que por falta de terra no lote familiar tem que procurar terra fora.

Ao realizar uma aproximação aos acampamentos que se constituíram nos últimos anos na área de influência da Brigada Salvador Allende, podemos constatar que existem uma série de vínculos identitários compartilhados entre as famílias que decidiram aceder a terra através de uma ocupação, a pesar de não existir formalmente uma origem social nem territorial/nacional compartilhada.

Ao aprofundar um pouco mais a nossa análise, poderemos comprovar que se trata de famílias marginalizadas pelo avanço das relações capitalistas na sua fase atual, o neoliberalismo (desempregados urbanos e rurais, antigos cortadores de cana descartados pelas usinas, antigos proprietários de pequeno comércio, filhos de assentados que no caso de não sair do lote familiar o inviabilizariam, brasileiros ou filhos de brasileiros que migraram ao Paraguai onde perderam as terras compradas na década dos setenta como resultado do avanço da monocultura de soja com matriz transgênica, etc.). Por tanto, se apesar de uma origem (muito) diferente existem elementos identitários comuns entre eles, tem que haver um espaço/tempo onde se produza a construção e a consolidação desses traços compartilhados.

Esse momento de construção e a consolidação dos traços comuns do campesinato brasileiro do século XXI é

momento da ocupação e o período de vida no acampamento; é exatamente nestes momentos em que de uma forma mais evidente se visualiza o enfrentamento contra o projeto agrário do capital. A final das contas, a forma de acesso a terra através de ocupação exige do uso da força e pode estar acompanhada de algumas formas de violência especialmente por parte dos grandes proprietários.

Uma parte importante das pesquisas que estamos desenvolvendo está sendo realizada em duas áreas ocupadas por parte de uma das formas de organização que o MST tem na região noroeste do Estado do Paraná, a Brigada Salvador Allende: o Acampamento 8 de março (antiga Fazenda Videira), entre os municípios de Guairaçá e Terra Rica; a área foi ocupada no início de março de 2005, e carrega um importante histórico de violência: ameaças de morte aos militantes/dirigentes, frequentes tiroteios noturnos que já causaram uma dezena de feridos por bala, 2 tentativas de desocupação ilegal que derivaram na queima de barracos, etc. O Acampamento Elias Gonçalves de Meura (antiga Fazenda Santa Filomena), situada no município de Planaltina do Paraná; trata-se de uma área ocupada no final de Julho de 2004, que viveu uma ocupação muito violenta que derivou no assassinato de Elias Gonçalves de Meura assim como 5 feridos por bala.

2. O CONTEXTO DO CONFLITO CAPITAL TRABALHO NO CONTEXTO RURAL BRASILEIRO

De forma geral, com múltiplas especificidades regionais e casuísticas, no mundo rural brasileiro existem dois grandes modelos de desenvolvimento agrário que colidem na tentativa de se apropriar do espaço agrícola para implementar nele seu diferenciado projeto político, econômico e social.

Em primeiro lugar, temos um modelo caracterizado por se implementar em imóveis de dimensões pequenas; por ter uma alta ocupação da mão-de-obra familiar; por realizar uma agricultura de subsistência baseada na pluricultura e a pequena pecuária bovina; por obter a renda baseada na venda dos excedentes nas feiras locais e regionais; e que, entre muitas outras formas de agricultura de caráter familiar, está representada pelas famílias assentadas nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

Em segundo lugar, temos um modelo caracterizado pela utilização de grandes extensões de terra, normalmente dedicadas a monoculturas agrícolas para a exportação ou à pecuária extensiva bovina; com alto grau de sofisticação técnica e com uma utilização intensiva e temporal da mão de obra assalariada.

Assim, enquanto um dos modelos combina as relações capitalistas com as não capitalistas, priorizando o bem-estar dos trabalhadores e a produção de alimentos (terra de trabalho), o outro se constitui como um projeto marcadamente capitalista (terra de negocio). Quando os projetos

agrícolas além de diferentes se opõem num mesmo espaço e tempo, eles colidem; este enfrentamento se dá quando o monopólio da “terra de negócio” é questionado pelo projeto da “terra do trabalho” através da ocupação de terras e da reivindicação da aplicação da Reforma Agrária.

Mapa 1: A Brigada Salvador Allende no contexto brasileiro (Estados e Regiões)



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/>

Elaboração: Isaac Giribet i Bernat.

2.1. O CASO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BRIGADA SALVADOR ALLENDE

A área de influência da Brigada Salvador Allende encontra-se situada na região noroeste do estado do Paraná, conhecido como norte novíssimo. Esta, historicamente, foi uma região de grandes proprietários rurais dedicados à produção extensiva de gado bovino para carne; mas nos últimos anos, está se produzindo uma importante transformação em relação às linhas de produção agrícola.

A primeira mudança importante veio com a introdução, com caráter comercial de duas lavouras, a soja e especialmente a mandioca (a região tem uma importante presença de feculares). Mas foi nos últimos anos que aconteceu a mudança mais importante, esta veio com a construção de uma usina no município de Terra Rica.

Apesar de a usina ter sido inaugurada no ano de 2006, as repercussões da sua implantação se iniciaram antes de terminar sua construção física, como resultado do arrendamento massivo de terras que a usina fez tanto em Terra Rica como nos municípios vizinhos. Mas foi com o início do funcionamento quando suas consequências se fizeram mais visíveis, especialmente pela chegada de cortadores

de cana tanto do resto da região noroeste paranaense como da Região nordeste do país.

Foi no processo de arrendamento agora referido, que se gestou um dos principais exemplos de conflito capital x trabalho que vive atualmente. A Fazenda Videira foi ocupada no final da década de 1990, mas depois de uma *entente* entre os ocupantes (um grupo dissidente do MST conhecido como ‘bandeiras brancas’), os proprietários e o INCRA, chegaram a um acordo de não construir nenhum acampamento dentro da Fazenda e unicamente deixar uns barracos testemunhais do lado de fora, perto da porteira que dá acesso. Aproveitando a conjuntura de revalorização da terra que viveu a região com a chegada da usina, os proprietários da Videira resolveram arrendar a área para a usina de forma unilateral, sem avisar o INCRA, apesar de que o órgão federal estava avaliando os laudos para saber se a terra era produtiva ou improdutiva.

Entendendo que o processo aberto no INCRA poderia ser arquivado depois do plantio de cana na totalidade da Fazenda Videira e diante da passividade total do ‘bandeiras brancas’, o MST decidiu ocupar a área. Esta segunda ocupação que se realizou em março de 2005 e provocou uma reação violenta tanto por parte do

proprietário como por parte da usina. A final de contas, o proprietário está correndo o risco de perder uma área que em pouco tempo há revalorizado espetacularmente e a usina está tendo que arcar com o prejuízo do arrendamento pago adiantado em dinheiro, assim como os custos para preparar a terra para o plantio da cana (ao que agora, pode-se somar também as duas safras que não puderam ser realizadas).

3. A IDENTIDADE SEM TERRA NO SÉCULO XXI

A complexa realidade em que se desenvolve a luta pela terra no século XXI vai além das relações estritamente agrárias quebrando com as divisões conceituais predefinidas pelas diversas linhas interpretativas (rural/urbano, operário/campesino, trabalhador rural, classe operária, etc.).

O elemento central sobre a questão do campesinato, consiste em entendê-lo como expressão da complexidade concreta e contraditória em que se expressa o trabalho no contexto rural brasileiro. Por este motivo, é preciso superar as limitações metodológicas e conceituais existentes, estabelecendo uma estreita relação entre a fragmentação que sofre o mundo do trabalho e a conseqüente fragmentação que

precisa experimentar aquela teoria que pretenda expeça-la.

O campesinato brasileiro sofreu uma inegável mudança de perfil nos últimos anos, as famílias que atualmente passam a formar parte das fileiras da luta pela terra não tem o mesmo perfil que aquelas que se incorporavam à luta na metade da década de 1980, quando o MST foi oficialmente fundado. Brasil sofreu nos últimos anos uma profunda mudança econômica e social, que se viu acelerada a partir da década de 1990 com a entrada em cena do paradigma neoliberal e o conseqüente processo de (des)realização do trabalho (ANTUNES, 2004, p.13-14). Hoje o campesinato brasileiro está dotado de uma natureza mais vinculada à exclusão social urbana que à exclusão propriamente rural.

O forte metabolismo que adotou o trabalho nas últimas décadas produziu um processo acelerado de fragmentações no interior da classe trabalhadora, tanto urbana como rural, constatando que ao mesmo tempo que aumentava o número de trabalhadores também aumentava sua heterogeneidade (ANTUNES, 1995, p.41-42). Levando em consideração isso, entendo que se faz necessário contextualizar as características que transversalmente recorrem as diversas identidades que propõem um retorno à atividade agrícola através da ocupação de

terras e a luta contra a pobreza e a exclusão social.

É no contexto deste processo geral de construção de novas identidades políticas e sociais que ao mesmo tempo que lutam pela terra o fazem também pela emancipação, como entendo a forma de organização geoestratégica conhecida como 'brigada'. Esta foi criada pelo Movimento sem terra no ano de 2003, e pretende ser implantada sucessivamente em todos os Estados onde o MST tem representação, como nova forma de organização interna (SNF-MST, 2005, p.80-81).

Com esta nova forma de organicidade, que afeta tanto às famílias assentadas como aquelas já assentadas, o MST pretende dar um salto qualitativo elevando o grau de politização e d'estruturação interna da sua organização. O eixo da nova organicidade é a 'família' que ao se agrupar a outras, aproximadamente em número de 10, cria um 'núcleo de base' –NB-; ao mesmo tempo o NB está estruturado dentro de um 'núcleo de 50 famílias' –Nº50-, que se insere numa 'brigada' (sendo esta constituída por 10 núcleo de 50 famílias). A forma de organização baseada nos núcleos de base e nas brigadas, pretende que o máximo número de pessoas participem das diversas instâncias de decisão que compõem o Movimento.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez Editora & Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ANTUNES, R. **Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação capitalista no Brasil.** In: **O avesso do trabalho.** ANTUNES, Ricardo & SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs.). São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004. p.13-27.

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE –ANC-. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. <Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 18/11/2007.

CARVALHO, H. M. de. Política compensatória de assentamentos rurais como negação da Reforma Agrária. **Revista ADUSP.** São Paulo, número 34, 2005, paginas 30-38. 2005.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo: HUCTEC, 1999.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Observatorio Social de América Latina.** Buenos Aires, v. 16, p. 273-283. 2005.

PEREIRA, J. M. M., SAUER, S. **História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil.** In: **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado.** PEREIRA, J. M. M. & SAUER, S. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.173-206.

SETOR NACIONAL DE FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (SNF-MST). **Método de trabalho e organização popular**. São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 2005.

THOMAZ JR, A. **Um olhar auto-crítico do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil do século XXI**. Presidente Prudente, não publicado, 2007a.

THOMAZ JR, A. **Trabalho mutante e territórios em disputa**. Presidente Prudente, não publicado, 2007b.

BERNART, I. G. i. Os Acampamentos e Assentamentos do MST como Expressão do Conflito Capital X Trabalho – Luta pela terra e identidade campezina na área d influência da brigada Salvador Allende, região noroeste do estado do Paraná. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 2, 31 dezembro 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada102/11isaac1002.pdf>>. Acesso em: __.__. 20__.